

PDU vai à aprovação da Câmara e técnicos temem descaracterização

Intensamente debatido de segunda a sexta-feira da semana passada, no auditório do Colégio do Carmo, pelos setores interessados da comunidade, o Plano Diretor Urbano de Vitória (PDU) será enviado hoje à Câmara dos Vereadores na forma de projeto de Lei e, depois de convenientemente discutido, será posto em votação. O presidente da Câmara, Máximo Vieira Varejão, acha que o Plano será aprovado, e admite que haverá emendas. Mas, na verdade, bastante polemizado, o PDU corre o risco de

ser descaracterizado profundamente, se as modificações que nele forem feitas alterarem seus objetivos básicos: o poder público regula o uso do solo e a ocupação urbana do município, visando à melhoria da qualidade de vida da população. Essa preocupação ficou clara nos debates da semana passada, a que compareceram o secretário de Obras da Prefeitura, Laerce Machado, o arquiteto Fernando Bertarello, chefe da equipe que elaborou o Plano, o advogado e consultor jurídico, Manoel André da Rocha,

o arquiteto Carlos Maximiliano Fayet, o secretário do Planejamento, Arlindo Vilaschi, e o coordenador de Planejamento Setorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), Cleon Ribeiro dos Santos. Este último fez uma importante declaração ao término de sua explanação, quando considerou que o PDU poderia ser utilizado como instrumento da PMV para conseguir recursos federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, que é gerido justamente pelo CNDU.

Um argumento para pedir verbas

O Plano Diretor de Vitória é um argumento sólido que o município ou o estado pode utilizar para conseguir verbas federais e resolver os problemas da cidade, segundo disse o coordenador de Planejamento Setorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), arquiteto Cleon Ricardo dos Santos. A afirmação se reveste de maior importância, devido ao CNDU ser o órgão que rege o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU), sendo, assim, o responsável pela liberação de recursos nele contidos. Mas Santos preferiu não definir, de imediato, o montante que poderá ser pedido nem o prazo em que

poderá ser concedido, dizendo apenas que isso ocorrerá "dentro da programação normal", estabelecida pelo Conselho.

Santos considerou que, como cidade de porte médio, e apresentando um crescimento muito rápido, Vitória tem os problemas típicos que a fazem merecer um tratamento preferencial pelo órgão e ter seus financiamentos vinculados ao Banco Mundial. O arquiteto explicou também que, muito embora este não seja um assunto ligado ao CNDU, a possibilidade de implantação de um pré-metrô em Vitória — idéia lançada pelo PDU — é viável, na medida em que um de seus problemas mais graves, como de

outras cidades brasileiras, está na deficiência dos sistemas de transporte coletivo e na saturação das zonas centrais para o tráfego de veículos.

O coordenador de Planejamento Setorial do CNDU considerou "excelente" o debate que foi promovido pela Prefeitura de Vitória sobre o PDU, por achá-lo uma forma da comunidade participar propondo soluções para os seus próprios problemas. Viu também de forma positiva a maneira como as discussões foram encaminhadas: "sem tecnicismos, a seu ver prejudiciais e de difícil alcance ao leigo.

Por um planejamento realista

A tônica da palestra do secretário do Planejamento, Arlindo Vilaschi, sobre o PDU, foi a necessidade de formulação de planos de desenvolvimento urbano bem fundamentados e coerentes, aumentando assim o poder de barganha do município e mesmo do estado na captação de recursos financeiros federais.

Ele fez um histórico do planejamento urbano recente no Espírito Santo, desde o Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória, em 1976, pedido pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República, como forma de analisar os reflexos da implantação de grandes projetos na região.

O ano, 1976, coincidiu com a implantação da Fundação Jones dos Santos Neves, que a partir daí desenvolveu um trabalho intenso de planejamento no estado.

Vilaschi disse que a visão do técnico empenhado nesse trabalho deve ser sempre homogênea e geral, numa tentativa de visualizar o todo, detectando os principais problemas da estruturação urbana e definindo os rumos que se deve tomar para seu equacionamento. "Planejar não é colocar em mapas coloridos uma visão romântica", disse ele.

O secretário do Planejamento é da opinião de que o fato de Vitória não ser

considerada por lei uma região metropolitana não a impede de resolver seus problemas mais urgentes, principalmente porque, sendo uma cidade de porte médio, tem tratamento preferencial no recebimento de recursos federais.

Disse que o governo do estado tem se preocupado em atenuar os problemas sociais que afligem a Grande Vitória a partir de suas causas. Por isso, quer favorecer a geração de empregos em Cachoeiro, Colatina e Linhares, impedindo assim que se processe a migração rural em massa para as cidades.

Câmara quer Plano com emendas

O presidente da Câmara Municipal de Vitória, Máximo Vieira Varejão, manifestou sua opinião de que o Plano Diretor Urbano de Vitória seja aprovado, mas com emendas. Ele não acredita que divergências políticas ou eventuais más relações dos vereadores com a Prefeitura atrapalhem a discussão do projeto, pois, "até o momento, todos os vereadores, independentemente de siglas partidárias, estão imbuídos em trabalhar juntos em benefício da comunidade".

Todavia, expressou a opinião de que a

aprovação do Plano dependerá de um estudo bastante cuidadoso, "ouvindo, é claro, todas as classes e órgãos que nele têm interesse direto". Após isto, acha que deverá passar um plano que satisfaça à maior parte da coletividade e que venha efetivamente contribuir para o desenvolvimento urbano da cidade.

Varejão considerou também que os debates a serem promovidos dentro da Câmara "não deverão ser calmos", como os que se realizaram no Colégio Maria Ortiz, já que,

para ele, os vereadores representam diversas correntes da comunidade e, portanto, é natural o choque e divergência de idéias.

Falou, inclusive, na possibilidade de que venha a ser criada uma comissão especial, com a participação da Federação das Indústrias, do Comércio, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória e Associação Espírito-Santense de Engenheiros, entre outras, para lhe dar uma maior representatividade.

O sentido social da propriedade

Um plano que não é revolucionário, pois não rompe barreiras constitucionais, mas que, no entanto, representa uma substancial mudança de enfoque dos problemas urbanos, em relação à maneira como vinham sendo tratados até agora. Assim é, na opinião do advogado e consultor jurídico gaúcho, Manoel André da Rocha, o Plano Diretor Urbano de Vitória, que tem como uma das principais virtudes a ênfase do sentido social da propriedade e do uso que é feito dela.

Rocha destaca ainda o PDU como um

plano que representa a tentativa de montar um sistema administrativo suficiente e forte para regular a ocupação do solo urbano, considerando, ainda, como as suas principais peculiaridades, a abrangência, e instrumentalidade, pois reúne legislação nacional estadual e municipal que trata da proteção ambiental e paisagística em um "receptuário", que lhe simplifica o uso.

O advogado acha que o PDU é também a primeira tentativa de se legislar detalhadamente sobre o assunto, contendo a primeira lei de tombamento de bens pelo

município em todo o país — até agora o tombamento era uma atividade que vinha sendo exercida apenas pelo Iphan, órgão federal de possibilidades reconhecidamente escassas em termos de recursos financeiros e humanos.

Segundo Rocha, a legislação existente sobre meio ambiente se encontra bastante esparsa, tanto quanto aos diferentes diplomas em que se faz presente, quanto nas diversas épocas em que foi concebida. "Por causa disso", diz ele, "inúmeras prefeituras desconhecem-na".

Os empresários são contra

Friederick Brum Vieira

Durante os debates sobre o Plano Diretor Urbano de Vitória, praticamente duas posições ficaram evidenciadas: os técnicos que o elaboraram, vereadores e órgãos de classe, que estão a favor, e os empresários, que ficaram contra. É lógico que as opiniões dentro de cada um dos grupos diferem, mas, de uma maneira geral, pelo menos em termos numéricos, as intervenções feitas à defesa do plano foram muito maiores que as de contestação.

As nuances da série de discussões que se iniciou na segunda-feira da semana passada e terminou sexta, mostram também, de forma clara, que um jogo de forças está se travando nos bastidores para fazer prevalecer esta ou aquela idéia. Não há como prever o resultado final, porém tudo indica que ao começar a ser examinado pela Câmara Municipal de Vitória, hoje, o PDU já terá sido objeto de muitas análises, ponderações, articulações, que podem pesar bastante na decisão dos vereadores.

Afinal, o PDU tem como objetivo básico a melhoria da qualidade de vida da população, e para isso mexe diretamente com interesses econômicos, ao limitar bastante as atividades da indústria da construção civil no município. Há quem defenda, no entanto, que as duas coisas não são incompatíveis e que podem ser conciliadas, através de uma decisão que satisfaça a ambas as partes. Se é verdade, resta, então, esperar por ela.

AS JOIAS

No decorrer dos debates, a imprensa que compareceu ao salão nobre do Colégio Maria Ortiz foi brindada com algumas "jóias" pronunciadas pelos debatedores. Já na segunda-feira, abrindo o ciclo, o secretário de Obras da Prefeitura de Vitória, Laerce Machado, declarou que a lei que determina os gabaritos permitidos na cidade — nº 351, de 1954 — vem sendo alterada ao sabor de interesses que ele próprio não sabe de onde vêm, casuisticamente, dando origem a bairros como Mata da Praia e Ilha do Boi. Sem citar nomes, Machado abriu espaço para que no dia seguinte, na presença dos técnicos que elaboraram o Plano, mas já se defrontando com grande número de empresários da construção civil, fosse obrigado a ouvir algumas críticas contundentes ao PDU.

A primeira delas partiu do construtor Crisógono Teixeira da Cruz, que, após ter ouvido de Laerce a afirmativa de que o Plano representara consenso das empresas de serviços públicos, considerou que a criação de zonas especiais não ficou bem definida, por não dispor sobre a indenização dos proprietários cujos terrenos fossem desapropriados. Crisógono disse também que a função serviços estava espalhada por toda a cidade e que a atividade de construção seria limitada por muitas variantes e condicionantes.

Para ele, o PDU poderia ser visto como um remédio necessário, mas dado em doses cavalares à cidade, quando esta pede doses homeopáticas. Alertou para a possibilidade do patrimônio imobiliário ser desvalorizado,

e, antes que a crítica fosse rebatida, disse que em São Paulo, diante de lei semelhante, foram registrados inúmeras falências e concordatas entre as empresas do setor. As baterias de críticas do empresário culminaram com a denúncia, depois confirmada por Laerce Machado, de que diante das expectativas causadas pela possibilidade de aprovação do Plano, a Prefeitura de Vitória fora inundada, em poucos dias, com uma avalanche de 200 pedidos de aprovação de projetos, somente para construção de edifícios.

Um ponto bastante discutido, também e que foi trazido à tona por Crisógono, foi a composição do conselho do PDU, que dos nove membros previstos, cinco seriam funcionários da Prefeitura. Os empresários reclamam uma participação maior no conselho, com a inclusão mesmo do Sindicato da Indústria da Construção Civil. Os defensores da idéia não puderam contudo, responder como é que ficaria se o sindicato dos trabalhadores da construção civil também resolvesse participar do órgão. Uma outra idéia lançada no debate, de que a Câmara dos Vereadores se fizesse representar no Conselho, foi rechaçada por ser inconstitucional.

A posição do Instituto de Arquitetos do Brasil — sobre o PDU foi estabelecida por seu presidente em exercício, o arquiteto Cleber Frizzera: "O Plano está longe de ser ideal, mas deve ser apoiado por representar hoje as aspirações da comunidade". As intervenções da Sociedade Espírito Santense de Engenheiros eram quase sempre feitas por seu representante, à margem dos assuntos discutidos no momento e através de uma linguagem confusa e subjetiva, tentando focalizar temas como "preparar a terra em que nossos filhos viverão no futuro".

Por sinal, grande parte das intervenções perdia em objetividade, repetição de palavras, e, não obstante o título de engenheiros dado, à maior parte dos debatedores, foram comuns os erros de concordância ao falar no microfone que Laerce Machado insistia em fazer uso, mas cuja utilização devia ser feita com cuidado, sob pena de gerar incômodos ruídos de microfonia.

Um ponto interessante também observado foi o número de vezes que o secretário de Obras ressaltou a presença no local do presidente da Câmara dos Vereadores, Máximo Vieira Varejão — do qual dependerá, junto com seus pares, a aprovação do PDU. Apesar disso, Machado teve que ouvir do mesmo Varejão diversas críticas, como a constante obstrução das galerias de águas pluviais da cidade.

Destacou-se nos debates a figura do arquiteto Carlos Maximiliano Fayet, cujas explanações, embora longas, vinham sempre respaldadas em argumentos concretos e coerentes. Por sua vez, o advogado Manoel André da Rocha revelou-se grande conhecedor de sua especialidade, na mesma medida com que conseguiu ordenar seu pensamento e fazer suas idéias desfilarem para os presentes.

O secretário do Planejamento, Arlindo Vilaschi, com a mesma facilidade com que conseguiu sintetizar respostas às mais confusas perguntas do auditório, deu um

clima mais flexível aos debates, chamando todas as pessoas, como é seu costume, pelo primeiro nome, enquanto na maioria das vezes as citações passavam pelo invariável e equivocado "doutor" — título que só deve ser usado pelos que concluem curso de pós graduação no nível correspondente.

Mas nos debates também estiveram presentes, em razoável número, as denúncias. Como, por exemplo, aquela do arquiteto Jolindo Martins, que disse que o plano de aterro das enseadas do Suá e do Canto, de sua autoria, foi realizada pela Comusa sem a execução de estação de tratamento de esgotos. Também os esgotos foram citados por Laerce Machado, ao denunciar seu despejo indiscriminado diretamente no mar pelas residências das ilhas do Boi e do Frade, apesar dos respectivos projetos de construção aprovados na Secretaria da Saúde determinarem a construção de fossas sanitárias. Laerce chegou, inclusive, a dizer que, se a situação continuasse, teria de se mudar a letra a pela e, no vocábulo Mar.

O arquiteto Fayet, ao abordar na quinta-feira os reflexos do PDU na construção civil, disse, salvo engano, que os terrenos poderiam desvalorizar dentro de dois anos, provocando uma regulação no preço dos imóveis mas retificou seu pensamento logo depois, suprimindo a primeira assertiva e conservando a segunda. O conselheiro da Fundep, Fernando Rezende, provavelmente nada notou, pois dormiu durante quase todo o debate daquela noite.

Na sexta-feira, foram feitas duas considerações importantes. Uma delas, pelo professor Seliégio Ramalho, que também é funcionário da Prefeitura, deixou surpreso o secretário Laerce Machado. Ele leu o artigo 3º da lei 2.249, que trata dos gabaritos de Camburi, e fez crer a todos os presentes que não havia simplesmente nenhum impedimento para que os prédios construídos em Camburi tivessem apenas um máximo de quatro andares, como se acreditava. O que a lei dizia era que os prédios de quatro andares deveriam ter pilotis.

A declaração, que convenceu a quase todos, fez com que um empresário considerasse: "Deixamos de construir prédios com mais de quatro andares por sermos éticos". O arquiteto Fayet previu que o desenvolver do episódio será um termômetro do que acontecerá com o PDU e sua votação na CMV. Procurado para falar sobre o assunto depois dos debates, Laerce Machado, considerou apenas que nada tinha a comentar, e que o episódio o apanhou de surpresa.

Outro ponto ressaltado, também por Seliégio, foi a inexistência, no PDU, de um plano de tratamento de lixo no município. Laerce Machado tentou desconversar, afirmando que a Secretaria de Obras estaria aberta para receber sugestões no sentido de melhorar o Plano. Contudo, ao final dos debates, o arquiteto Fernando Bertarello, que chefiou a equipe que elaborou o PDU e que preferiu não se manifestar durante a discussão, considerou que um plano de tratamento de resíduos sólidos está sendo desenvolvido pela Fundação Jones dos Santos Neves, abrangendo toda a Grande Vitória.